

EDITORIAL

A ditadura do mercado

O epílogo da guerra fria levou consigo a bipolaridade EUA x URSS e supostamente também, a dicotomia ideológica entre capitalismo e socialismo, e pareceu solapar ainda os conflitos de concepção (não os de interesses), além de facilitar a conclusão de falsas premissas como a do final das ideologias.

“Ideologia, eu quero uma p’ra viver”, cantava o poeta. E eis que na atualidade, o credo econômico liberal é a idéia dominante cujo substrato atende pelo batismo de Mercado, entidade abstrata, mas bastante concreta no falar, no pensar(?) e no agir das pessoas, como se cruzasse todos os caminhos, como se conduzisse a todos os lugares, impulsionando todos os desígnios...

Assim, os empresários (Mercado de bens e serviços) ofertam, em tese, o que o Mercado consumidor exige; o Mercado publicitário estimula o público consumidor (e eleitor); o Mercado trabalhista empurra os jovens para cursos cuja conclusão facilita-lhes a empregabilidade e maiores remunerações; grande parte do “Mercado da fé” atrai numerosos fiéis ao pregar a felicidade não no paraíso, mas no plano terreno, aqui e agora; o Mercado financeiro que engloba o monetário (títulos públicos / privados, a curto prazo) com o de capitais (títulos a longo prazo, e.g., ações) faz a felicidade (ou desgraça) de rentistas e até de nações; o Mercado de divisas promove a bonança, às vezes o desastre de exportadores/importadores e até mesmo de especuladores; o Mercado monetário também dita ainda as taxas de juros (por vezes abusivas); Mercados nervosos afugentam investidores e seus capitais, excluindo certos países da rota dos IEDs (Investimentos Externos Diretos). Deste modo, o acesso a mercados não poderia se ausentar da agenda de companhias nacionais e estrangeiras, de chefes de Estado e de governo, bem como de organismos multilaterais como a OMC. Mesmo porque a estreiteza dos mercados maduros, nos países desenvolvidos, não consegue absorver o elevado montante de capital acumulado e cuja vazão exige novas hospedagens, desta feita, em paragens agraciadas com o eufemismo de emergentes.

Entendido como um locus de competição, o Mercado pressupõe demandantes e ofertantes, adotando-se as seguintes modalidades competitivas: preços, propaganda (marcas), tecnologia (qualidade), diversificação de bens e serviços, além da ociosidade planejada, utilizada estrategicamente para impedir o ingresso de novos concorrentes no mercado.

Além da natureza dos mercados acima delineada, no rol de adjetivação a lista é bastante extensa: mercado negro, paralelo, spot ou à vista (e.g., distribuição de petróleo no porto de Rotterdam/Holanda), a termo, a futuro, de derivativos, volátil, offshore, atomizado (independente) emergente, aberto, fechado, maduro, incipiente, estreito, extenso, interno, externo, local, regional, comum, nacional, internacional, global, além de cada segmentação mercadológica e seus nichos (segmentos bem específicos). Apesar dessa extensa morfologia, é comum se invocar o “Mercado” sem especificá-lo, impregnado que está no inconsciente coletivo.

Com certeza não podemos prescindir do mercado, mas nem por isso devemos tratá-lo com “religiosidade”, pois bem sabemos de suas imperfeições, além de não operar no vazio, estando as pessoas alijadas das análises provenientes dos devotos do Mercado. Aliás, o público consumidor está longe de ser soberano, senão, para que precisaria de um código de defesa?

Longe também de promover a harmonia de interesses, embutida no *lassaiz-faire*, torna-se imperativo ao mercado o estabelecimento de marcos regulatórios, fazendo-se presente um Estado regulador, fiscalizador, sinalizador, corretor de imperfeições e atitudes indesejadas (concorrência desleal, propaganda injuriosa, vendas casadas etc.), além de negociador e até substituto em atividades necessárias, mas que não são lucrativas o suficiente para despertar o interesse da iniciativa privada, fornecendo também os bens públicos a exemplo da segurança nacional etc.

De todos os mercados, o financeiro é o mais volátil e o mais atomizado, praticamente descolado da produção, inicia sua saga a partir de meados dos anos 1970, quando adquire autonomia proporcionada pelos governos norte-americano e britânico (imitados a posteriori pelos demais), passando a percorrer o mundo. Tal autonomia se acentua nos anos 80 e tem seu apogeu na década seguinte. Um dos resultados indesejáveis dessa independência financeira repousa na escravização das finanças públicas, principalmente dos países carentes de recursos (financeiros), os quais tiram leite de pedra, a fins de (re)alimentar dívidas públicas interna e externa. O efeito colateral dessa situação encontra-se nos elevados déficits públicos cuja natureza é eminentemente financeira e assim, compromete o desenvolvimento sustentado ao fragilizar a capacidade de seu financiamento, tendo ainda de se submeter aos elevados juros ditados pelo mercado financeiro. Tal comprometimento e suas conseqüências adversas configura o verdadeiro risco a que estão submetidas diversas nações: o risco do atraso e do subdesenvolvimento. Mas o Mercado está atento a outro tipo de risco como se invertesse o ônus da prova...

Por falar em risco, o ensino superior também se vê ameaçado pelos devotos do Mercado. A pretexto de se atualizar, a fins de acompanhar as demandas mercadológicas, há quem advogue reformulações periódicas de curto prazo nos currículos escolares. Essa pretensa volatilidade curricular corrobora a confusão entre informação e conhecimento. E a menos que ocorram mudanças acentuadas neste último, as devidas e necessárias atualizações ficarão a cargo de alterações nos programas das disciplinas, além de renovações em suas respectivas indicações bibliográficas.

Um traço característico dos mercados atuais é seu grau de oligopolização. Mercados de elevada concentração econômica e dominado por grandes corporações é a tônica no plano interno e externo. Mesmo assim, face ao acirramento da concorrência também interna e externamente, é comum ouvirmos a falsa premissa de que sua excelência o Mercado é quem determina preços, mesmo na presença de oligopólios. Com essa distorção, a firma oligopólica passa de formadora à tomadora de preços como se atuasse sob concorrência pura ou perfeita. É claro que numa competição mais acirrada, a firma oligopolista, ao determinar seus níveis de preços, leva em conta aqueles praticados por suas rivais no Mercado. Mas daí a dizer que foi o Mercado quem os determinou vai uma longa distância.

A obediência cega às leis do Mercado (oferta e procura, e.g.) implica aceitar que elas jamais foram ou serão revogadas e talvez nem precisem ser. Na realidade, o são o tempo todo, seja pela intervenção estatal, seja pela atuação das firmas oligopólicas, as quais regulam os preços ao controlarem a quantidade produzida, para ficarmos apenas com um exemplo. Tais firmas se comportam de modo semelhante aos monopólios e quando se tratar de firma monopolista propriamente dita, esta se confundirá com o próprio mercado.

Afinal, senhoras e senhores, até que ponto devemos-nos pautar pela ditadura do Mercado? Façam suas apostas.

Raimundo Ferreira de Vasconcelos

Coordenador e Professor no curso de relações internacionais
do Unicentro Belas Artes.

